

PROMOVENDO A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO:

O Impacto da Lei 10.639/2003 e do PIBID na Jornada Acadêmica Contra o Racismo

GOMES, Cristiana¹
COSTA, Luana²
SILVA, Ana Gabriela³

RESUMO: A Educação Formal se constitui como pilar importante na formação dos indivíduos já que esse é um dos espaços de socialização e aprendizagem, fora do nosso círculo mais imediato e familiar, que tende a ocupar grande parte das nossas rotinas e em várias fases da vida. Por tal relevância, é também esse um lugar de muitas descobertas, construção de relacionamentos, conflitos e de preconceitos, nas escolas brasileiras, o racismo persiste, enraizado em uma estrutura histórica que perpetua desigualdades, influenciada pelo legado colonial e pela construção da identidade nos séculos XIX e XX.

Para combater o racismo desde suas raízes, é necessário implementar políticas públicas desde a educação básica. A estrutura muitas vezes excludente das escolas afeta negativamente alunos negros e pobres, prejudicando a formação de uma identidade positiva.

O relato autobiográfico de uma das autoras ilustra de forma vívida os impactos negativos do racismo e a ausência da implementação da Lei 10.639/2003 em sua trajetória educacional, evidenciando a falta de representatividade negra nos currículos. No entanto, sua participação no Programa de Iniciação à Docência (PIBID) foi positiva, desempenhando um papel significativo no combate ao racismo e na promoção de práticas inclusivas.

Para garantir a igualdade de oportunidades, é importante investir em políticas e práticas que promovam a diversidade racial, incluindo a efetiva implementação da Lei 10.639/2003 e currículos antirracistas. Este texto destaca a necessidade dessas medidas para a inclusão e mobilidade social das pessoas racializadas, apoiando-se em dados, conceitos e autores da área.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Lei 10.639/2003; PIBID; Exclusão; Escola.

1 INTRODUÇÃO

A Escola deve ser um ambiente plural e acolhedor em sua totalidade, onde as pessoas, independente de quem sejam, possam desenvolver suas habilidades e adquirir conhecimentos e vivências que aprimorem sua jornada de vida em sociedade.

¹ Graduanda em Pedagogia, Bolsista PIBID, UEMG, Ibirité, cristiana.1397760@discente.uemg.br

² Bacharel e Licenciada em Geografia, UFMG, Mestra em Educação e Formação, UL, luana12jp@hotmail.com

³ Graduanda em Pedagogia, Bolsista PIBID, UEMG, Ibirité, ana.1396343@discente.uemg.br

Porém, no ambiente escolar brasileiro, muitas vezes isso não ocorre e o racismo vem encontrando cada vez mais espaço de ação dentro da escola. Segundo Bernado e Maciel (2015), o racismo brasileiro assumiu ao longo da história uma forma muito peculiar no tratamento e na estruturação das hierarquias sociais e na manutenção dos privilégios de um grupo (racial) em detrimento de outro. É possível atribuir ao processo de construção da identidade, localizado nos séculos XIX e XX, um dos pilares que especificam a interface ideológica do racismo no Brasil.

Tendo em conta nosso forte passado-presente colonial, é de extrema importância desenvolver ações enérgicas e políticas públicas de combate ao racismo desde a base da educação formal, nomeadamente as Escolas de Educação Básica. Sabemos que a reparação pós abolição da escravatura em 1888 não aconteceu e a população negra se viu numa perpetuação da sua situação de desoportunidades novamente. Enquanto isso, imigrantes europeus “tiveram acesso a trabalho remunerado, e muitos deles inclusive receberam terras do Estado brasileiro — o que não deixa de ser uma ação afirmativa. Se hoje a maioria de seus descendentes desfruta de uma realidade confortável, é graças a essa ajuda inicial” (Ribeiro, 2018, p. 48). O nosso presente se apresenta assim como uma linha contínua do nosso passado, linha essa que também tece o nosso futuro.

Nesse sentido, também nos fala a ex-ministra da Mulher, Nilma Lino Gomes, que a própria estrutura da escola brasileira exclui o aluno e a aluna negros e pobres de diversas maneiras. Essa exclusão se manifesta desde a forma como esses alunos são tratados até mesmo na baixa expectativa dos professores em relação a eles, sem considerar sua produção individual. Não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os corpos negros e sua cultura de maneira desigual. Nessa perspectiva, podemos afirmar que:

Racismo, em primeiro lugar, é referido como sendo uma doutrina, quer se queira científica, quer não, que prega a existência de raças humanas com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. [...] além de doutrina, o racismo é também referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual (GUIMARÃES, 2004, p. 17).

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo explorar o relato da experiência da jornada educacional de uma das autoras deste texto, sobretudo por

meio do prisma das implicações negativas que a ausência da Lei 10.639/2003 trouxe para a sua trajetória pessoal e profissional. Pretende, ainda, pontuar os impactos positivos da participação dessa estudante no PIBID (Programa de Iniciação à Docência) dentro do Curso de Pedagogia, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), a fim de demonstrar como tal iniciativa tem contribuído para o combate ao racismo nas escolas e valorizando práticas inclusivas e de incentivo à diversidade.

2 METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos propostos, foi produzido um relato de experiência autobiográfico que norteou as reflexões iniciais deste estudo. Nesse documento, parte da trajetória da estudante Cristiana Gomes foi compartilhada e analisada, a fim de constituir um pano de fundo para nossa discussão. Para estruturar tal discurso, foi realizada uma revisão bibliográfica trazendo considerações sobre a temática racial e suas implicações socioculturais e históricas. Assim, os relatos foram enriquecidos com referências bibliográficas sobre negritude, classe e educação, as quais foram revisadas e adaptadas para o contexto apresentado.

Por ser um texto autobiográfico, acredita-se que aproxima o leitor do texto (e dá mais liberdade para a expressão da sujeita-narradora que é a protagonista deste trabalho). Corrobora Costa (2022) que “Esse processo de reconstrução histórica e pessoal, conduz os indivíduos – tanto os que escutam quanto os que falam – a um lugar muito único de reflexão e ressignificação individual e da coletividade geral” (p.26).

A opção pelo uso do relato de experiência como ferramenta de coleta de dados veio de uma preocupação com a subjetividade e a valorização do sujeito, conforme demandam pesquisas acadêmicas na área das Ciências Humanas e Sociais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os dados autobiográficos coletados, a experiência negativa e dolorosa como vítima de atos racistas tende a acompanhar toda a trajetória de vida daqueles que sofrem seus impactos e consequências. Segundo Cristiana:

Minha primeira experiência com o racismo remonta ao primeiro ano do ensino fundamental, em 1989. Eu tinha apenas sete anos quando fui impedida pela professora de participar de uma encenação, sob o pretexto de que não se encaixava no "perfil" que ela considerava apropriado, o papel foi repassado para uma garotinha branca e de cabelos lisos, mesmo ela não querendo desempenhar o papel.

A segunda experiência ocorreu no sétimo ano do ensino fundamental, em 1996, em uma escola localizada na região central de Belo Horizonte. Nessa época, enfrentei uma série de desafios por ser a única aluna negra em todos os turnos da escola. (Cristiana Gomes, relato autobiográfico, outubro de 2023)

De acordo com Costa (1986, p.104), [...] a violência é a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel sem pausa ou repouso [...]. O Racismo Estrutural assevera que até mesmo atividades simples do nosso dia a dia, como ir à escola, poderá servir de palco para a perpetuação de macro e micro violências. Ultrapassando as inúmeras barreiras que impuseram em sua trajetória escolar durante a Educação Básica, Cristiana relata o quanto esse histórico influenciou negativamente sua decisão em dar continuidade aos estudos no Ensino Superior.

Mediante os inúmeros obstáculos que se colocam frente às trajetórias pessoais e acadêmicas como a de Cristiana, importa também destacar o papel de relevância que pode ser assumido por docentes sensíveis à temática, tendo ou não, “lugar de fala”.

De acordo com Silva (2023), quando nós educadores propomos em discutir em um curso de formação de professores(as) as relações étnico-raciais, o racismo, as diversidades e os direitos humanos, é para que situações como esta não existam mais. É para que os corpos negros infantis, periféricos, não sejam mais segregados socialmente, mesmo vivendo sob uma suposta democracia.

A experiência de Cristiana, embora permeada por adversidades, vai de encontro às baixas estatísticas que indicam a dificuldade de ingresso de indivíduos

negros no Ensino Superior. Ao retomar episódios de racismo vivenciados ao longo de sua formação na Educação Básica, Cristiana considera:

Esses episódios tiveram um impacto profundamente negativo em toda a minha trajetória acadêmica. Sentimentos de desmotivação em relação aos estudos surgiram e comecei a questionar as minhas próprias capacidades e possibilidades de ingressar em uma Universidade. O fato de que, naquela época a ausência da Lei nº 10.639/2003, que de acordo com a Constituição brasileira, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", significava que não tínhamos referências negras nos livros didáticos. Nossa história era contada de uma única perspectiva, onde os negros eram retratados apenas como escravizados. Nunca ouvi falar que negros também foram reis ou líderes em suas comunidades. Além disso, durante todo o meu período escolar, nunca tive o privilégio de ter uma professora negra como modelo e mentora.

Essa lacuna na representação e na diversidade cultural foi profundamente marcante para mim. A falta de modelos e referências que se assemelhassem a minha própria identidade tornou difícil imaginar-me representada na universidade ou em um curso de Pedagogia. A falta de representatividade contribuiu para uma sensação de exclusão e limitação de possibilidades em minha jornada educacional.

Apesar dos desafios, desconfortos e desmotivações gerados pelo racismo no ambiente escolar, persisti em meu caminho acadêmico e concluí o ensino médio aos 19 anos. No entanto, foi somente aos 38 anos que voltei a ter interesse em continuar minha formação. Ao ingressar na universidade aos 41 anos, provei para mim mesma que estava equivocada ao acreditar que não tinha o perfil adequado. Essa experiência proporcionou um processo de autoconhecimento e fortalecimento de minha identidade como mulher negra, reconhecendo a importância de estar no ambiente acadêmico e persistir. (Cristiana Gomes, relato autobiográfico, outubro de 2023)

Essa temática não é algo que se fixa no passado, como veremos mais adiante. Tão pouco esse tipo de relato é incomum. Corriqueiramente, casos de racismo no ambiente escolar acontecem e saem nas mídias sociais, jornais ou rádio. A escritora e filósofa brasileira Djamila Ribeiro, traz um relato parecido em seu livro “Pequeno Manual Antirracista” lançado em 2019:

DESDE CEDO, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neginha do cabelo duro”, “neginha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente — o que quer dizer não branca — passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que

era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida. Como diz a pesquisadora Joice Berth: "Não me descobri negra, fui acusada de sê-la". (p. 12)

Isso sem mencionar a questão da violência policial contra a população negra, independentemente da idade, que enfrenta diariamente acusações ou mortes "acidentais" em um ciclo contínuo de opressão e marginalização. O Atlas da Violência de 2018, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que nesse ano mais de 70% das pessoas assassinadas no país eram negras. Assim como os números da violência contra a mulher negra citados nesse mesmo documento: 68% das mulheres mortas no ano de 2018 eram negras; a taxa de mortalidade por homicídios destas era de 5,2% enquanto das mulheres não brancas era de 2,8%. Se já é desafiador para essa comunidade (sobre)viver, imagine conseguir completar qualquer ciclo de educação formal.

Ao Ingressar no Ensino Superior, sobretudo em uma universidade pública, com reconhecidos padrões de qualidade acadêmica, como a Universidade do Estado de Minas Gerais, já se constituiu em um largo passo na trajetória de Cristiana. O desafio seguinte se apresenta em encontrar maneiras de garantir a continuidade dos estudos. É importante considerar que embora acessar o Ensino Superior seja uma conquista, a questão da permanência precisa ser destacada.

Diante disso, cumpre destacar a grande relevância de iniciativas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) nesse processo, as quais chamam para a discussão a questão da representatividade negra no meio acadêmico, além de propiciar fomento financeiro para tais práticas.

Segundo Gomes (2023), o PIBID foi criado no ano de 2007, o PIBID é uma política de estímulo à docência e valorização do magistério. É destinado a estudantes de cursos de licenciaturas presenciais e tem como objetivo antecipar as experiências entre os (as) graduandos (as) e as vivências em salas de aulas da rede pública de ensino.

A relevância do PIBID está evidenciada no relato de Cristiana, ao destacar que:

Ao ingressar na universidade e, principalmente ao fazer parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), pude vivenciar de forma intensa a importância da presença de professores negros nas escolas. Essa presença não apenas proporciona aos alunos a oportunidade de se identificarem com seus educadores, mas também constrói uma relação de

confiança e estimula o sentimento de pertencimento. O PIBID, ao fomentar a participação ativa de estudantes universitários negros, desempenha um papel importante nesse contexto, preparando futuros professores para enfrentarem os desafios e preencherem a lacuna de representatividade étnico-racial no ambiente educacional. (Cristiana Gomes, relato autobiográfico, outubro de 2023)

O surgimento do programa ocorreu logo após a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996, conhecida como as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, marcando um momento importante na inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino. Esse marco histórico relevante para o Movimento Negro no país está intimamente ligado às políticas de ações afirmativas. Posteriormente, em 2008, foi promulgada a Lei 11.645/08, ampliando essa inclusão para abranger também a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Assim, o PIBID se destaca como um instrumento essencial no combate ao racismo estrutural presente no sistema educacional brasileiro. Além de transmitir conteúdos curriculares, ao inserir professores negros nas salas de aula e desenvolver práticas com temáticas de combate ao Racismo, o PIBID assume um papel de modelos positivos para os alunos negros. A presença de profissionais negros em sala de aula vai além de simplesmente cumprir uma cota; representa um vínculo vivo com a legislação, desafiando estereótipos e preconceitos profundamente enraizados na sociedade.

Contudo, embora iniciativas como a promovida pelo PIBID, auxiliem positivamente no desenvolvimento de um quadro de maior representatividade e participação de indivíduos negros na área da Educação, ações e medidas inclusivas devem ser pensadas e conduzidas para os diversos âmbitos da sociedade civil. Atos racistas, sejam eles explícitos ou estruturais, continuam perpetrando espaços dentro e fora das instituições escolares. Cristiana cita, por exemplo, uma de suas experiências de estágio não obrigatório perpassada por “sutilezas” de atitudes questionadoras, as quais colocavam em dúvida sua capacidade profissional, tomando por referência apenas sua aparência:

Porém, durante meu estágio em uma escola de referência na região sudoeste de Belo Horizonte, deparei-me novamente com os desafios decorrentes da falta de implementação da Lei 10.639/2003. Fui incumbida de auxiliar nas aulas de informática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma instituição elitizada na mesma localidade. Surpreendentemente, eu era a única pessoa negra em todo o corpo docente da escola.

Os professores, aliados à coordenação, não apenas me isolaram, mas também dificultaram o acesso dos alunos ao laboratório de informática para receberem apoio. Em uma ocasião, cheguei a ouvir de um dos professores que eu não seria capaz de desempenhar um bom trabalho com aqueles alunos. A intervenção da Secretaria de Educação se fez necessária, resultando em minha transferência para uma escola periférica, com uma abordagem mais alinhada à Lei 10.639/2003. A diferença foi notável: enquanto na primeira escola havia apenas 21 alunos matriculados na EJA, na segunda, esse número saltou para 90 alunos. (Cristiana Gomes, relato autobiográfico, outubro de 2023)

O que se pode perceber por meio das inúmeras narrativas apresentadas por Cristiana, somadas às estatísticas depreciativas relacionadas a diversos status da população negra no Brasil, como o baixo acesso e permanência à educação formal e baixo nível socioeconômico, por exemplo, é que a ausência do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nas escolas, devido à falta da Lei 10.639/2003, não apenas impacta negativamente a vida acadêmica dos alunos negros, mas também cria barreiras para profissionais negros que desejam ingressar em instituições que negligenciam essa legislação. Essa lacuna no currículo contribui significativamente para a perpetuação de estereótipos, o apagamento da rica contribuição histórica e cultural do povo negro, e a falta de representatividade para os estudantes afrodescendentes. Como resultado, esses alunos são privados de uma educação verdadeiramente inclusiva e abrangente, o que afeta não apenas sua autoestima, mas também sua identidade e senso de pertencimento no ambiente escolar. Essa ausência de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-cultural também prejudica a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

As experiências aqui apresentadas reforçam a urgência de implementar políticas educacionais que promovam a diversidade racial e cultural, garantindo a representatividade adequada no corpo docente e promovendo um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua origem étnico-racial.

A presença de professores negros nas escolas é essencial para que os alunos se identifiquem com seus educadores, construindo uma relação de confiança e estimulando o sentimento de pertencimento. Ao verem pessoas que se parecem com eles no papel de autoridade e conhecimento, os estudantes negros são incentivados a sonhar alto e acreditar em seu próprio potencial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências partilhadas neste estudo por meio da autobiografia de Cristiana, aliadas a dados e considerações teóricas sobre raça, educação e cultura, oferecem uma perspectiva única sobre os temas discutidos. Ao compartilhar sua história, a autora contribuiu para destacar a importância da instituição acadêmica como um espaço de reflexão e transformação das estruturas de exclusão e de violência.

O racismo no ambiente escolar é uma realidade inegável e suas consequências são profundas na vida acadêmica e no desenvolvimento pessoal dos alunos afetados por esse problema. Repudiar situações de intolerância, violência e preconceito é fundamental para construir um ambiente escolar e acadêmico inclusivo e promotor da diversidade. A educação possui um potencial transformador no combate ao racismo. Portanto, é fundamental que as políticas educacionais incluam medidas concretas para promover a diversidade racial, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação que valorize e respeite suas origens étnicas e culturais.

Para atingir esse propósito, é fundamental adotar políticas e ações que promovam a valorização da diversidade racial, o que inclui a efetiva implementação da Lei 10.639/2003. Isso requer capacitar os educadores para reconhecerem e lidarem de maneira sensível com as questões relacionadas à diversidade étnico-racial tanto dentro da sala de aula quanto na comunidade escolar. Essa capacitação envolve o desenvolvimento de habilidades para identificar e combater manifestações de preconceito e racismo, tanto de forma explícita quanto sutil.

A formação crítica e sensível dos professores nas relações étnico-raciais demanda uma profunda reflexão sobre seus próprios privilégios e preconceitos. É importante que os educadores compreendam a importância de promover uma educação antirracista e inclusiva. Isso implica na adoção de materiais didáticos e metodologias de ensino que celebrem a diversidade cultural e étnico-racial, bem como na promoção do respeito e valorização das diferentes identidades que compõem a comunidade escolar.

Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento, independentemente de sua raça ou origem étnica.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, T.; MACIEL, R. O. **Racismo e Educação**: um conflito constante. In: Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 191-205, 2015. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/302/134>. Acesso em: 10 de março de 2024

COSTA, L. S. A. G. **A Formação Experiencial de Mulheres Negras** – classe, gênero e cor como agentes [trans]formadores. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação com Área de Especialidade em Desenvolvimento Social e Cultural) Universidade de Lisboa, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/56297>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2024.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**. In: GOMES, Nilma Lino (org.). "O negro no Brasil de hoje". Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

GOMES, C. de O.; S., J. Da C. M.; R., T. S. **O PIBID ENQUANTO POLÍTICA DE INCENTIVO À DOCÊNCIA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES**. In: Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ixshiam/649432-O-PIBID-ENQUANTO-POLÍTICA-DE-INCENTIVO-A-DOCENCIA--APONTAMENTOS-E-REFLEXOES>. Acesso em: 12/04/2024

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e discriminação**. São Paulo, Fundação de Apoio a universidade de São Paulo/Editora 34, p.17, 2004.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência 2020. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2024.

Ministério da Educação (MEC). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/africa.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, O. H. F. da. **O corpo negro ainda luta por liberdade**. Caravana Grupo Editorial. Disponível em: <https://caravanagrupoeeditorial.com.br/o-corpo-negro-ainda-luta-por-liberdade/>.

Acesso em: 11 de março de 2024.